



80 anos de serviço social
TENDÊNCIAS E DESAFIOS



REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

Mariana Santana Aguiar¹

RESUMO

O presente artigo propõe realizar uma reflexão sobre os limites e as possibilidades de atuação do assistente social que atua frente o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diante de um quadro de redução dos direitos sociais, torna-se cada vez mais complexo condicionar uma prática crítica diante de demandas pontuais e imediatas. A atuação frente às políticas e aos programas sociais é desafiadora, o que exige do profissional um conhecimento teórico-metodológico crítico para direcionar o exercício de sua prática, objetivando possibilidades de atuação que vão além de respostas imediatas. Nesse contexto, o Cadastro Único, enquanto porta de acesso a diversos benefícios socioassistenciais, deve ser utilizado como um instrumento que permita desvendar a realidade social dos sujeitos, realizar análises, planejar e elaborar projetos de forma a materializar intencionalidades a fim de delinear uma prática de acordo com princípios ético-profissionais.

Palavras-chave: Cadastro Único, Programas Sociais, Serviço Social

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto/2015

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, encontra-se permeado de limites e desafios postos na contemporaneidade, tornando-se cada vez mais complexo e desafiador condicionar a efetivação da prática profissional diante de um contexto de redução dos direitos sociais. Nas últimas décadas, vivenciamos acontecimentos político-ideológicos que demarcaram a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas na sociedade brasileira, além da constante precarização e privatização das mesmas, impulsionadas pelo sistema capitalista excludente. O assistente social, que tem nas políticas públicas seu principal campo de atuação, encontra-se em um espaço desafiador que exige uma capacidade crítica para atuar frente as demandas postas.

O Serviço Social depara-se diariamente com desafios postos no seu cotidiano profissional, já que o sistema capitalista necessita de profissões que exerçam práticas favoráveis à lógica burguesa. Assim, o assistente social é chamado para administrar e controlar os conflitos gestados nessa sociedade – fruto das contradições entre capital e trabalho –, direcionado a realizar práticas profissionais imediatas, fragmentadas, despidas de mediações.

Nesse sentido, o assistente social defronta-se com políticas públicas focalizadas e fragmentadas, que respondem às demandas dos sujeitos apenas de forma imediata, pontual. A forma como as atuais políticas públicas estão sendo construídas limitam a atuação do assistente social, fazendo com que este profissional se configure enquanto um mediador de conflitos entre capital e trabalho, logo, um instrumento para atender às necessidades do capital. Como afirma Guerra (2009, p.80), a lógica do sistema capitalista tem a necessidade de:

... criar profissões que cumpram funções demandadas por esse sistema, refuncionalizá-las, requalificá-las para torná-las eficazes e eficientes dentro do padrão da racionalidade burguesa, tendo em vista sua adequação aos objetivos da acumulação/valorização do capital.

Diante desse contexto, um campo de atuação desafiador para os assistentes sociais é o dos programas sociais, presentes na atualidade. De acordo com Silva (2013, p.97),

“Na política de Assistência Social há uma preeminência de programas de transferência de renda, em detrimento da ampliação dos serviços socioassistenciais, comprometendo uma integração do Sistema Único de

Assistência Social (Suas) que garanta o acesso por todos aqueles que dele necessitarem, para além da condição da pobreza extrema”.

Para o acesso à maior parte dos programas sociais, os usuários deparam-se com o Cadastro Único, instrumento criado pelo Governo Federal, cujo cadastramento é a porta de entrada para o acesso aos benefícios. Quando se trata de programas sociais, os limites lançados aos profissionais são inúmeros, e para tal é fundamental que os assistentes sociais inseridos nesses campos exerçam sua capacidade crítica e, através de intencionalidades, “invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais” (GUERRA, 2000, p.12).

Diante dos avanços e amadurecimentos da profissão conquistados principalmente a partir da década de 1980, o assistente social assumiu uma posição crítica diante dos dilemas da sociedade contemporânea, apropriando-se de uma base teórico-metodológica e ético-política, compreendendo tanto o seu papel na sociedade quanto o significado da profissão. Assim, apesar dos desafios lançados ao assistente social diante de um quadro de mudanças no cenário social, este é um profissional que adquiriu capacidade de desenvolver sua prática de forma crítica, visando possibilidades de uma atuação que caminhe no sentido de desvendar a realidade social e conseqüentemente vislumbrar transformações na vida dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, faz-se necessário uma análise da atuação do assistente social frente o Cadastro Único, os desafios impostos ao seu exercício profissional e as possibilidades de atuação diante de um campo complexo de programas sociais.

1. AVANÇOS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Assistência Social no Brasil vista como política social, campo do direito social, começou a ganhar visibilidade e concretude a partir dos anos 80 através do movimento pela redemocratização brasileira, após um longo período de ditadura militar. A década de 80 foi um momento político favorável a maior participação popular e política, destacando-se a reorganização partidária e sindical e a efervescência política dos movimentos sociais.

Cabe ressaltar que o campo assistencial brasileiro esteve atrelado a práticas clientelistas, assistemáticas, de caráter focalista e com traços conservadores.

“as ações governamentais se conformavam em atender aqueles que não eram considerados cidadãos, mas sim clientela, traduzidos pelos mais diversos adjetivos, como carentes, descamisados, entre outros. Foi na esteira desse

caráter ambivalente que a Assistência Social foi se consolidando como política social no Brasil”. (COUTO, 2004, p.168)

Tais ações mencionadas por Couto (2004) são visíveis ao analisar o contexto sócio-histórico que constituiu a Assistência Social, no qual prevaleceram iniciativas assistencialistas e excludentes, marcadas pela benemerência e pela lógica do favor. As ações voltavam-se para a Igreja e para as entidades filantrópicas da sociedade civil, destacando-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA) sob comando das “Primeiras Damas”, donde a Assistência Social não adquiriu concretude como política pública.

Contudo, Couto (2004) faz uma importante reflexão sobre alguns elementos importantes que antecederam a Constituição de 1988 e que contribuíram para elucidar um avanço no que tange a política social, dentre eles o “avanço internacional e nacional de ideias vinculadas aos direitos humanos e ao suprimento de necessidades oriundas da relação entre capital e trabalho” (COUTO, 2004, p.169), juntamente com uma “invasão do campo assistencial por uma população que antes ficava fora de sua área de atuação” (COUTO, 2004, p.169). Essa mudança de perspectiva, contrária aos ideais assistencialistas, deu-se em um contexto, como dito anteriormente, de participação política da sociedade brasileira. Portanto, foi dentro de limites e possibilidades de conquistas que a Assistência Social se inseriu na Constituição de 1988.

Nessa lógica, a concretude da Assistência Social enquanto política pública tornou-se de suma importância para contribuir com a efetivação de direitos, desmistificando conceitos como clientelismo, caridade, benemerência, sendo concebida não como focalista, fragmentada e clientelista, mas sim como uma política universal tendo o Estado como provedor.

Assim, faz-se necessário uma luta constante para que os direitos garantidos na Constituição de 1988 se efetivem e não fiquem somente na ótica do mero assistencialismo. Todos os princípios e diretrizes que estão inscritos na Constituição de 1988 no campo da Assistência Social fazem parte do empenho de construir um sistema onde exista a reversão do quadro até então desenvolvido pela respectiva política, donde a relação do Estado com a população não pode e não deve ser marcada pela ausência de cidadania.

Porém, sabemos que há um grande desafio por essa efetivação de direitos, já que o Estado privilegia o crescimento econômico em detrimento do social, donde seu empenho para diminuir gastos sociais e atender os mais necessitados, os mais pobres com políticas e programas focalizados e seletivos, desconfigurando totalmente a noção de direitos.

Dessa forma, o confronto existente entre os efetivos mecanismos colocados à disposição da população para o enfrentamento de suas necessidades sociais “recoloca a necessidade de entender o campo da assistência sob a lógica do capital e determinar suas possibilidades de alteração substantiva no campo da Assistência Social, o que poderia contribuir para a criação de uma cultura de direito social” (COUTO, 2004, p.176)

Na contemporaneidade, os princípios neoliberais que vêm sendo impostos objetivam a desestruturação dos sistemas de proteção social e a transferência da gestão desses setores para a iniciativa privada. Os governos pós-85 foram marcados por programas fragmentados, assistemáticos e seletivos, de forte apelo popular. A ótica neoliberal, que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento do social, propugnou mudanças na Constituição de 1988 para que os princípios de universalidade fossem alterados. Ocorreu um intenso processo de privatização de empresas nacionais e um corte dos gastos públicos na área social.

Os governos neoliberais centralizam na estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, considerada um peso para a nação e um entrave ao projeto de crescimento. Portanto, muitos são os limites encontrados no campo dos direitos, principalmente concernente aos direitos sociais. No que se refere à política de Assistência Social, apesar da importante conquista através da Constituição de 1988, vários são os entraves, desregulamentando direitos já inscritos através de práticas assistencialistas e programas sociais focalizadas nas camadas mais pobres, utilizando critérios de seleção, que contrapõe o caráter de universalidade dos direitos.

Dessa forma, ao analisar o exercício profissional do assistente social frente aos programas sociais, destacando-se o Cadastro Único como porta de acesso aos programas do Governo Federal, cabe atentar-se aos processos sócio-históricos que vêm acarretando profundas mudanças no âmbito do Serviço Social, bem como nos espaços sócio ocupacionais em que este se insere.

2. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Cadastro Único para Programas Sociais², de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), "é um instrumento de identificação e

²Regulamentado pelo Decreto nº 6.135/2007 e através da Portaria nº 177/2011 que define os procedimentos para a gestão do Cadastro Único.

caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas públicas e programas sociais voltadas a este público" (MDS, 2013, p.5).

O Cadastro Único é um instrumento utilizado pelo Governo Federal que abrange uma gama de informações acerca dos membros que compõem o núcleo familiar, dentre elas a identificação dos indivíduos, características do domicílio, despesas mensais, escolaridade, situação no mercado de trabalho, acesso aos serviços socioassistenciais, dentre outras.

Não se deve desconsiderar a relativa importância que o respectivo cadastro pode exercer para identificar as áreas de maior vulnerabilidade em determinados territórios, bem como analisar e identificar como se dá as condições de acesso da população na área da saúde, da educação, de acesso aos serviços básicos, dentre outros. Ou seja, é possível detectar a incidência de vulnerabilidades e conseqüentemente buscar desenvolver estratégias e ações que concorram para promover melhorias na vida da população.

Através do Cadastro Único o profissional tem acesso a um acervo de dados e informações dos usuários, beneficiários ou não dos programas sociais. Nesse sentido, é possível elaborar projetos e ações a fim de identificar os condicionantes que perpassam pelos complexos sociais da totalidade social de cada território. Através do Cadastro Único é possível extrair dados importantes, como por exemplo, as áreas concentradoras de maior vulnerabilidade e risco social, a faixa etária dos usuários que utilizam os serviços, o grau de escolaridade, as condições sócio-econômicas, dentre outras que possibilitam a elaboração e implementação de políticas sociais que concorram para mudanças efetivas na vida dos usuários. Ou seja, é preciso que o profissional utilize o Cadastro Único como instrumento que possa materializar suas intencionalidades através de um conjunto de atividades prático-reflexivas.

Para tal, torna-se fundamental a realização de um estudo crítico acerca da realidade social em que os usuários encontram-se inseridos, como exemplo, a identificação dos fatores geradores da pobreza; o levantamento de ações, planos e projetos que podem ser desenvolvidos; a promoção da articulação em rede; dentre outras ações que permitam ao assistente social vislumbrar possibilidades de mudanças reais na vida dos usuários.

Contudo, no contexto do Cadastro Único, a constante demanda de cadastramento e atualização dos dados pode limitar o exercício profissional do assistente social. Os desafios

lançados na prática do assistente social no âmbito do Cadastro Único são inúmeros, dentre eles a execução de tarefas burocráticas, a exigência de cumprimento de prazos e metas a serem alcançados, dentre outros fatores que podem limitar o profissional a vislumbrar ações conexas com a realidade social dos usuários. Dessa forma, a atuação frente o Cadastro Único é desafiadora; contudo o profissional deve ter claro suas competências profissionais, aguçando a capacidade interventiva de vislumbrar possibilidades dentro do programa. Assim, exige-se do profissional a “adoção de um referencial teórico-metodológico que ultrapasse a imediatividade da vida cotidiana (no sentido de ir além dela), a aparência e as fragmentações da realidade social” (GUERRA, 2009, p.86) com vistas a atuar na realidade social em que os usuários encontram-se inseridos.

Nesse contexto, a pesquisa e a atitude investigativa assumem um papel de destaque como instrumentos essenciais para o desvendamento da realidade concreta, ou seja, elementos essenciais para que o profissional consiga ultrapassar as demandas imediatas, aparentes, e assim reconstruí-las. Segundo Battini (2009, p.55)

... coloca-se como exigência da própria intervenção profissional do assistente social a atitude investigativa, pois ela aguça o espírito da descoberta, tornando-se condição para a ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões.

Assim, o assistente social deve apropriar-se da dimensão investigativa como um elemento que possibilite conhecer seu objeto de trabalho, partindo da realidade posta em busca da compreensão dos fenômenos que a perpassam. E essa compreensão se dá por via das mediações, que permitem partir das aparências e a partir daí reconstruir o objeto, compreendendo-o em sua totalidade. É através da mediação que o profissional coloca-se em contato com vários níveis da realidade. A captura de mediações permite que o assistente social negue o campo imediato e apreenda os processos que determinam o modo de ser dos fenômenos, concorrendo ao exercício de uma prática crítica.

A partir de uma postura investigativa o profissional pode conhecer e criar estratégias de uma intervenção crítica. O assistente social que atua nas políticas públicas e nos programas sociais deve conhecer o contexto histórico pelo qual estes surgiram e foram se configurando, desvendando como tais políticas e programas são retratadas na contemporaneidade, analisando os fenômenos que incidem sobre as mesmas. Ou seja, é a partir do conhecimento e apreensão desses fenômenos o profissional pode criar alternativas de intervenção.

Devido ao grau de mecanização e burocratização dentro do Cadastro Único, o profissional deve atentar-se para não distanciar-se dos aportes teórico-metodológicos e ético-políticos condizentes com um exercício profissional crítico e competente, desenvolvendo um papel de mediador de conflitos sociais. Com a ofensiva neoliberal, as políticas sociais tornam-se cada vez mais privatistas, mercantilistas e assistencialistas, e as instituições exigem profissionais que respondam as demandas de forma imediata, pontual. Tornam-se respostas despidas de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, afirmando padrões liberais e conservadores.

Apesar da exigência de um padrão de respostas imediatistas, é nesse campo de contradições que se pode questionar o que está posto, ou seja, os questionamentos que surgem deste campo tornam-se importantes para que o assistente social almeje novas formas de ação, e não apenas responda às demandas institucionais de forma acrítica. Sendo assim, o profissional deve questionar as ações que lhes são estabelecidas, para que assim possa superar a “mera ação de responder instrumentalmente às demandas da instituição” (GUERRA, 2009, p.84). O assistente social deve refletir e assumir uma posição contrária à lógica burguesa, apreendendo as totalidades constituintes da realidade social e conseqüentemente ultrapassando o âmbito do imediato e das aparências.

Apesar dos desafios, é imprescindível destacar que os profissionais do Serviço Social possuem a capacidade de intervir na realidade social desvendando os complexos que a permeiam, afim de que as demandas postas pelas instituições sejam reconfiguradas e enfrentadas visando uma ação crítica e eficaz, envolvida por uma dimensão teórico-metodológica. Nesse contexto, Guerra (2009) afirma que

É inegável que para a profissão, considerando o nível de complexidade dos fenômenos com os quais se defronta e o nível de complexidade que ela mesma alcançou nas últimas décadas, é mister o conhecimento mais aproximativo possível da realidade social na qual atua, de maneira contínua, provisória, histórica, de modo que deve desenvolver sua dimensão teórico-metodológica. Esta dimensão, a nosso ver, tem que se constituir, cada vez mais, em uma *requisição e exigência profissional* (GUERRA, 2009, p.86).

Portanto, de acordo com os dizeres de Guerra (2009) o profissional deve desenvolver sua capacidade de refletir e analisar a complexidade social que perpassa pelas demandas profissionais. Assim, no âmbito do Cadastro Único, o profissional deve apropriar-se de referenciais que lhe permitam uma maior aproximação da realidade social das famílias, a fim de realizar uma prática crítica e competente.

O profissional deve utilizar-se do Cadastro Único como um instrumento que possibilite uma intervenção profissional pautada por princípios éticos, utilizando os dados coletados como meio de desvendar a realidade social das famílias de cada território, bem como compreender o contexto sócio-histórico que perpassa pela realidade social em que as famílias encontram-se inseridas.

CONCLUSÃO

Diante das reconfigurações e desafios impostos, cabe uma reflexão sobre como essas mudanças afetam o Serviço Social no âmbito do Cadastro Único e seus profissionais. Torna-se cada vez mais complexo e desafiador condicionar a efetivação da prática profissional diante de um contexto de total aniquilamento da vida social. O profissional vê-se muitas vezes tolhido de meios e métodos para realizar uma ação de qualidade que se efetive visando um processo de ampliação da cidadania, e as ideologias neoliberais impostas vêm reforçar os desafios para a consolidação de uma ação que realmente transforme a realidade, o que muitas vezes pode acarretar em uma ação imediatista, tecnicista, esvaziada de seus fundamentos.

Outro fator que merece destaque, segundo Yamamoto (2010), é o fato da desigualdade constituir-se como um processo histórico, donde prevalecem no contexto atual marcas do passado, contudo, reconfiguradas. Porém, apesar dos empasses travados pela reconfiguração instaurada e suas perspectivas mudanças, é importante ressaltar que o Serviço Social possui um conhecimento que o habilita a realizar as demandas na perspectiva de efetivação dos direitos sociais, desde que sistematizado e articulado com os marcos teóricos, compreendendo os fatores sócio-históricos envolvidos e entendendo a ação profissional pela ótica da totalidade. Daí a importância dos referenciais teóricos apreendidos no âmbito acadêmico, fundamentais para a compreensão da realidade social na qual está inserida o Serviço Social.

Apesar dos desafios, é necessário um olhar crítico para a realidade, analisando as transformações ocorridas que acarretam principalmente a ampliação das refrações da questão social, decifrando as mediações por meio das quais esta se expressa, sua gênese e suas novas roupagens que assume na contemporaneidade. Faz-se necessário, segundo Yamamoto (2010), captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, e a partir daí, pela identificação da realidade, torna-se possível repensar e descobrir alternativas para o enfrentamento de tais entraves. Portanto, apesar dos limites, notam-se também as possibilidades.

Assim, cabe ao profissional que atua frente o Cadastro Único decifrar essas mudanças que afetam a totalidade da vida social, condicionando sua ação de forma consciente, analítica, crítica, investigando os processos que incidem na realidade, de forma criativa e competente, a fim de construir novas alternativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da "sistematização da prática" em serviço social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Myrian Veras Baptista, Odária Battini (orgs.). São Paulo: Veras Editora, 2009.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Valeria Forti, Yolanda Guerra (orgs.). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

COUTO, Berenice R. **O direito social, a Constituição de 1988 e a seguridade social: do texto constitucional à garantia da assistência social**. p. 139-183. Cortez, 2004.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Myrian Veras Baptista, Odária Battini (orgs.). São Paulo: Veras Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. - 4.ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: MDS, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, César Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade** / Ana Elizabete Mota (Organizadora). 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Sheyla S. de S. **Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital**. Ser. Soc. Soc., São Paulo, n.113, p.86-105, jan/mar. 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos** / Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx, Yolanda Guerra (Organizadoras). – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e a construção dos direitos sociais. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Myrian Veras Baptista, Odária Battini (orgs.). São Paulo: Veras Editora, 2009.